

Feminismos, colonialidades e violências contra mulheres em suas dimensões comunicacionais

Feminisms, colonialities and violence against women in communicational dimensions

Feminismos, colonialidades y violencia contra la mujer en sus dimensiones comunicacionales

Juliana Soares Gonçalves

Doutoranda em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea (PPGCOM/UFMG) e mestra em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea (PPGCOM/UFMG). Cooordenadora do Insurgente, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber.

E-mail: julianasoares.goncalves@gmail.com

Maria Gislene Carvalho Fonseca

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Estudos da mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Jornalista graduada pela Universidade Federal do Ceará.

Email: gisacarvalho@ufop.edu.br

Verônica Soares Costa

Professora adjunta do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FCA / PUC Minas), cooordenadora do Insurgente, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Doutora em Textualidades Midiáticas pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM / UFMG).

E-mail: veronicacosta@pucminas.br

Carlos Alberto de Carvalho

Professor associado do Departamento de Comunicação Social da UFMG, lecionando na graduação e na pós-graduação. Doutor em Comunicação pelo PPGCOM/UFMG, com estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, Portugal. Coordenador do Insurgente, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Bolsista Produtividade PQ2 do CNPq.

E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, propomos refletir sobre as relações possíveis entre colonialidades do saber e violências físicas e simbólicas contra mulheres segundo lógicas de estratégias comunicacionais, a partir das contribuições de estudos feministas. A análise teórico-metodológica de diferentes autoras e autores sobre a violência e as mortes das mulheres, em suas dinâmicas, constituem-se também em modos de comunicação das relações de poder que as viabilizam. Outros problemas no âmbito da comunicação também emergem quando lidamos com narrativas jornalísticas sobre violências contra mulheres, indicando lógicas colonizadoras, como se verifica em circunstâncias nas quais as notícias reiteram ou são, elas próprias, promotoras de violências.

PALAVRAS-CHAVE: *feminismos; saber/poder; comunicação; colonialidades; violências contra mulheres*

ABSTRACT

We argue on the possible relationships between colonialities of knowledge and physical and symbolic violence against women according to communication strategies, based on the contributions of feminist studies. Violence against women and feminicides are observed along a theoretical-methodological analysis of different authors on the theme and in dynamics that constitute ways of communicating the power relationships that make them feasible. Other problems in the field of communication also emerge when dealing with journalistic narratives about violence against women, indicating colonizing logics, as seen in circumstances in which the news reiterates or is itself a promoter of violence.

KEYWORDS: *feminisms; power/knowledge; Communication; colonialities; violence against women*

RESUMEN:

En este artículo proponemos reflexionar sobre las posibles relaciones entre colonialidades del saber y violencias físicas y simbólicas contra mujeres, según las múltiples lógicas de estrategias de comunicacionales, a partir de contribuciones de estudios feministas. Las muertes de las mujeres, en sus dinámicas, son observadas en una análisis teórico-metodológico de diferentes autores sobre el tema y también constituyen formas de comunicación de las relaciones de poder que las hacen viables. Otros problemas en el ámbito de la comunicación también surgen cuando nos ocupamos de narrativas periodísticas sobre la violencia contra mujeres, indicando lógicas colonizadoras, como se ve en circunstancias en las que las noticias refuerzan, o son ellas mismas, las promotoras violencias.

PALABRAS CLAVE: feminismos; conocimiento/poder; comunicación; colonialidades; violencia contra las mujeres

Submetido em 29 de Agosto de 2020

Aceito em 11 de Maio de 2021

Introdução

Em estudos tão diversos quanto aqueles que se ocupam das textualidades e suas redes de significações (Abril, 2007; 2010) ou das interconexões entre mídias e processos socioculturais, centradas em dinâmicas de midiaticização (Hepp, 2013), temos encontrado alertas sobre os limites do midiacentrismo. Entendido, a princípio, como posturas teóricas e metodológicas que tendem a obliterar complexos e contraditórios processos de negociações de sentidos e jogos de poder envolvendo as comunicações midiáticas, o midiacentrismo negligencia as relações assimétricas, contribuindo para que prevaleçam visões da comunicação midiática que operam exclusiva (e equivocadamente) segundo lógicas de poderes unilaterais. Desse modo, não raro, redes de textualidades, dimensões sociais, culturais, ideológicas, comportamentais e outras são relegadas a segundo plano, quando não totalmente desprezadas na construção de narrativas jornalísticas (Carvalho, 2017).

Mas não só. Investigações midiacentradas pouco se ocupam das atrizes e dos atores sociais implicadas e implicados nos processos comunicacionais. Ou delas e deles se ocupam repetindo, ainda que inconscientemente, estereótipos que reforçam misoginia, racismo, xenofobia, LGBTQIA+fobia, preconceitos de classe, relações geopolíticas de suposto maior ou menor prestígio de determinada região sobre outras e uma extensa lista de estratégias de hierarquizações inferiorizadoras. Tais dimensões, fortemente assentadas em relações de saber/poder, efetivamente exigem posturas teóricas e metodológicas que devem partir de questionamentos sobre imanentismos de sentido, fraturas e fissuras nas relações socioculturais, que têm negado direito a voz a pessoas vítimas de violências físicas e simbólicas em determinadas instâncias e circunstâncias e uma série de variáveis tomadas como naturalizadas no ponto de partida das pesquisas.

Dossiê **Feminismos vitais** – <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 24, n. 1, 2021

DOI: 10.29146/ecopos.v24i1.27596

Se é necessário superar os limites do midiacentrismo sem abandonar as mídias como fenômenos socioculturais, sociotécnicos, políticos, econômicos, ideológicos, comportamentais etc. que devem ser investigados, também urge não limitar as perspectivas da comunicação não-midiática ao jargão do face a face, pois aí também podem se revelar os mesmos limites indicados como midiacêntricos, negligenciando relações de poder e hierarquias entre as pessoas em suas conversações em presença – inclusive, hierarquias socialmente constituídas acerca do ser homem e do ser mulher em visadas machistas e sexistas. Assim, ao pesquisar violências físicas e simbólicas contra mulheres, parte-se da apreensão de redes expandidas e múltiplas de constituição de sentidos, que levam em consideração elementos diversos, materiais e imateriais, que ocupam determinados lugares e estabelecem relações nessas teias não por sua imanência, mas pelos jogos semânticos que articulam. Isso posto, compreende-se que essas teias, a depender da carga semântica que convocam, podem ampliar ao infinito o que é compreendido por tecido comunicacional, abrindo um extenso leque para investigações. Por exemplo, na perspectiva dos estudos feministas de Rita Laura Segato (2016), as mortes brutais de mulheres, recorrentes em Ciudad Juarez, no México, contêm elementos comunicacionais estratégicos que não podem ser negligenciados se o objetivo for uma compreensão mais complexa daqueles assassinatos e das lógicas de poder que os viabilizam. Voltaremos adiante a explorar a dimensão comunicacional de tais assassinatos.

O desafio, então, está em buscar sensibilidades epistemológicas que deem conta dos processos comunicacionais como dinâmicas inscritas em formas às vezes sutis, outras nem um pouco, de fazer saber relações de poder e de saber, assim como estabelecer o poder de constituição de saberes. Nessa perspectiva, parece importante assumir também as situações e fenômenos que demandam mais do que as epistemologias disponíveis têm para oferecer como capacidade explicativa, no sentido de admitir lacunas e fissuras como condição de investigação. Dessa maneira, assume-se um compromisso com uma concepção de saberes, e de ciências, que pressupõem e reconhecem suas próprias limitações, que se propõem permeáveis a outros conhecimentos e que se afastam de

supostos poderes meta-explicativos contidos, em especial, em uma ciência concebida e distorcida pela visão masculina (Harding, 2019).

Neste artigo acionamos alguns pressupostos dos estudos identificados com a crítica às diversas formas de colonialidades do saber e do poder (Quijano, 2009; Cusicanqui, 2015, 2018; Martín e Madroñal, 2018, dentre outras e outros) e de geopistemologias (Maldonado-Torres, 2009; Grosfoguel, 2009), por entendermos que neles há potencialidades heurísticas para (re)pensar produtos e processos de comunicação sem as peças midiáticas. Mais especificamente, buscamos compreender dimensões colonizadoras em estratégias comunicacionais midiáticas e não midiáticas que envolvem violências físicas e simbólicas contra mulheres. Não trabalharemos com um recorte empírico específico, posto que nos valeremos de distintos trabalhos feministas que abordaram a comunicação e as narrativas jornalísticas em suas interconexões com as violências de gênero envolvendo mulheres.

Colonialidades do poder e do saber

Já há um bom tempo estudos nas searas das colonialidades incorporaram temas e dinâmicas de poder/saber para além das conquistas territoriais, a exemplo de reflexões epistemológicas sobre colonialidades e ciências, colonialidades e relações de gênero, colonialidades e racismo, colonialidades e religiões, colonialidades e genocídio de povos indígenas e, mais recentemente, esforços inaugurais na direção das relações entre colonialidades, práticas e processos de comunicação (Moraes, 2018; Gonzáles Pazos, 2020). Como ponto de partida, adotamos a perspectiva de Aníbal Quijano, para quem a colonialidade nem sempre implica relações racistas de poder, e se faz mais duradoura que o colonialismo, embora engendradora dentro deste último, e “[...] sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado”. (Quijano, 2009, p. 73).

Seguindo as pistas de Aníbal Quijano, as colonialidades são formas impregnadas e impregnantes de relações de saber/poder herdadas das lógicas colonizadoras,

extremamente elásticas em suas estratégias para se imiscuírem nas mais diversas esferas da vida social, política, econômica, ideológica, intelectual e tantas outras. No entanto, como heranças, elas não são cópias idênticas, posto que as lógicas das colonialidades adquiriram plasticidade suficiente para tornar ainda mais violentas as práticas colonialistas, a elas acrescentando novos elementos centrados em hierarquias excludentes. Pensadas em termos caros a alguns estudos sobre epistemologias, seriam espécies de paradigmas largamente espalhados, inclusive sob modalidades sub-reptícias que dificultam seu desvendamento.

Em suas análises, Aníbal Quijano inclui as relações de gênero como componente central das colonialidades, fundamentais para as dinâmicas da exploração capitalista, responsável por agudizar processos de exclusão socioeconômica. Dialogando com as reflexões do autor, mas também buscando alargar a compreensão das relações entre gênero, capitalismo e colonialidades, María Lugones propõe que a análise de Quijano fornece uma compreensão histórica da inseparável relação entre racialização e exploração capitalista, constitutivas do sistema de poder que se ancorou na colonização das Américas, mas vai além:

Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas também critico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização. (Lugones, 2014, p. 939)

Para María Lugones, gênero e colonialidades são perpassados pelas questões trabalhadas em estudos que se preocupam com as dinâmicas das interseccionalidades, não sendo produtivo descuidar dos entrelaçamentos “raciais”, culturais, econômicos e tantos outros que chamam atenção para a impossibilidade da categoria “mulher universal”, ainda que alianças possam ser construídas a partir de distintas perspectivas feministas. A autora também destaca que, ao serem desconsideradas as colonialidades de gênero para pensar as colonialidades do poder, promove-se uma violência sistemática às mulheres

racializadas pautada na indiferença diante de transformações sociais profundas. É preciso questionar o que ela chama de “sistema gênero moderno-colonial” (Lugones, 2020, p. 54), a partir de um cruzamento que enfatiza os conceitos de interseccionalidade e de colonialidade do poder.

Entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais. [...] Quijano não percebeu sua conformidade com o significado hegemônico de gênero. Ao incluir esses elementos na análise da colonialidade do poder, quero expandir e complicar suas ideias, que considero centrais ao que chamo de sistema de gênero moderno/colonial. (Lugones, 2020, p. 56)

Para Lugones (2020), a colonialidade é um sistema de poder que desumaniza as pessoas e atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho, a intersubjetividade e a produção do conhecimento. O sistema binário de gênero é entendido por ela como uma imposição totalmente violenta e como parte formadora da colonialidade do poder. Entretanto, a intersecção entre “raça”, classe, sexualidade e gênero transborda as noções opressoras de modernidade que são caras aos colonialismos.

Uma das críticas desenvolvidas por Rita Laura Segato (2016) sobre os feminismos (e todos os demais movimentos sociais) aponta para a armadilha do que nomeia de processo de guetização dos temas vinculados à vida das mulheres, bem como à compartimentalização do que se compreende por questões femininas, não apenas no que diz respeito ao campo de análise, mas também no que tange à ação. Segato defende que o patriarcado (como relações de gênero baseadas na desigualdade) é a estrutura política mais arcaica e duradoura da humanidade e que os gêneros consistem no molde primordial de todas as outras formas de dominação. Para explicar essa afirmativa, aponta que a primeira lição de relação de poder se dá no “teatro familiar das relações de gênero, mas, como estrutura, a relação entre suas posições se replica *ad infinitum*, e se revisita e ensaia nas mais diversas cenas em que um diferencial de poder e valor se encontram presentes” (Segato, 2016, p. 92). Ou seja, a própria emergência do sujeito se funda na

noção da relação direta entre poder e masculinidade branca, que, mais amplamente, opera como prerrogativa para a rapinagem do colonizador, tornando a própria colonização possível. Trata-se, assim, de um problema cuja superação deve concernir a mais pessoas além das mulheres, requerendo profundas alterações sociais.

Para ela, a estrutura patriarcal modela relações baseadas em distintas posições que se fundam nas diferenças de prestígio e poder, sendo essa lógica apreendida e “radicalmente agravada e transmutada em uma ordem de alta letalidade” (Segato, 2016, p.18) nos processos de invasão e colonização. Ou seja, o que vivenciamos hoje na era colonial-moderna, nomeado de patriarcado de baixa intensidade, é produto de tal ordem mais letal. A conexão proposta entre os termos patriarcal, colonial e modernidade se dá para descrever a priorização do patriarcado sobre o corpo das mulheres, sendo essas a primeira colônia.

Dessa maneira, Segato considera o patriarcado como o fundador de todas as desigualdades e expropriações, “que constroem o edifício de todos os poderes – econômico, político, intelectual, artístico etc.” (Segato, 2016, p.19), ao estabelecer o mandato de masculinidade aos homens, bem como a noção de masculinidade branca como centro do poder e da dominação, seja na esfera doméstica ou para além dela.

Ainda na esfera das relações de poder, são elucidativas as proposições de Silvia Rivera Cusicanqui (2015; 2018), para quem as colonialidades devem ser investigadas tanto em suas dinâmicas de exterioridade, quanto de interioridade. Pelas primeiras, identificamos as estratégias e modalidades de colonialidades que são impostas de fora para dentro, sendo o exemplo primeiro todas as ações dos europeus que invadiram as terras das Américas, a começar pela usurpação territorial. Aí podemos incluir teorias e metodologias, por exemplo antropológicas, que a partir das epistemologias eurocentradas, “explicam” a vida dos “nativos selvagens”, dos “povos exóticos”, dos “não civilizados”, em que o negar-se a reconhecer alteridades é uma constante. No entanto, o poder das colonialidades é potencializado por dinâmicas de sua reprodução interna a realidades colonizadas, como no exemplo de Cusicanqui das elites mestiças bolivianas

que reproduzem relações de poder/saber relativamente a populações que entendem como inferiores a elas, notadamente as indígenas.

Tratando especificamente da perspectiva de gênero, Rita Segato (2016) explicita tais dinâmicas ao narrar como se reelaboram as masculinidades em povoações indígenas, quando atravessadas pelas imposições coloniais. Para ela, as práticas de poder exercidas pelos homens brancos sobre os homens indígenas ocasionaram a

[...] hiperinflação da posição masculina na aldeia, há também a castração desses mesmos homens frente aos brancos, que os submete ao estresse e mostra-lhes a relatividade de sua posição masculina ao sujeitar-lhes ao domínio soberano do colonizador. Este processo é de gênese violenta, pois oprime aqui e empodera na aldeia, obrigando a reproduzir e a exibir a capacidade de controle inerente à posição de sujeito masculino no único mundo agora possível, para restaurar a virilidade prejudicada na frente externa. (Segato, 2016, p.116)

A antropóloga atenta ainda que o movimento entre emasculação frente ao branco e a hiperinflação do masculino nas relações comunitárias, sendo essa origem frequente de práticas violentas contra as mulheres, pode ser observado nos mais diferentes casos de masculinidades racializadas, marcadas pelo *status* de não-brancos pelo ordenamento da colonialidade.

Saberes e colonialidades

Teórica e metodologicamente, as hierarquias entre saberes supostamente superiores a outros ilustram as colonialidades em dinâmicas de interioridade epistemológica, que podem resultar, por exemplo, em processos de biologização das relações humanas, ou na recorrência de métodos de pesquisas tradicionais que não dão conta de propostas que se pretendem decoloniais. Conforme alerta Maria Margaret Lopes, ao longo de décadas, “as feministas documentaram, analisaram e criticaram os usos e abusos dos diversos ramos das ciências naturais e biológicas marcadas pelos efeitos dos preconceitos de gênero na seleção, organização e interpretação de dados” (Lopes, 1998, p. 351) e, na América Latina, as discussões se desenvolveram na busca por novos objetos de estudo: “[...] a formação de tradições científicas locais, nacionais, regionais e as contradições dos processos de

confronto, contextualização e integração das ciências ocidentais em países fora do eixo norte-atlântico” (idem, p. 364). No entanto, embora a tomada de consciência sobre os limites de uma ciência universal já venha impactando a produção acadêmica das últimas três ou quatro décadas, o interesse em superar a incorporação acrítica de modelos conceituais, institucionais ou de experiências realizadas em contextos muito diferentes da realidade latino-americana e, especialmente, do Brasil, nem sempre esse resulta na criação de novas tradições de análise sobre os fenômenos investigados.

Em possível diálogo com as dinâmicas de exterioridade e interioridade das lógicas das colonialidades, diversas proposições teóricas têm chamado atenção para as hierarquizações derivadas das posições geopistemológicas. Os estudos de Boaventura Sousa Santos (2009) acerca das epistemologias do Sul e as reflexões de Nelson Maldonado-Torres (2009) sobre as geopolíticas do conhecimento são exemplos dessas perspectivas críticas.

Em sua crítica aos modos como a filosofia instaura e sustenta uma noção de modernidade que leva em conta exclusivamente o espaço geopolítico europeu, Maldonado-Torres afirma:

Há questões referentes ao espaço e às geopolíticas que enfraquecem a ideia de um sujeito epistêmico neutro, cujas reflexões não são mais do que as respostas aos constrangimentos desse domínio desprovido de espaço que é o Universal. Tais questões põem a descoberto a forma como os filósofos e os professores de filosofia tendem a afirmar suas raízes em uma região espiritual invariavelmente descrita em termos geopolíticos: a Europa. A ausência de reflexões sobre a geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento vai a par com a falta de reflexão crítica quanto ao empenhamento da filosofia e dos filósofos ocidentais com a Europa enquanto local epistêmico privilegiado. (Maldonado-Torres, 2009, pp. 338-339)

Um amplo leque de problemas está inscrito na crítica de Maldonado-Torres, mas podemos sintetizá-los em quatro dimensões principais. Primeiro, há a crítica às falácias de pensamentos supostamente universais (e neutros), que atuam na solução de problemas de qualquer origem e natureza. Em consequência, deriva a pretensão de que espacialidades geopolíticas não importam, que espaços não-europeus são incapazes de produção de pensamento e de conhecimento. Isso leva a uma perspectiva dos saberes

produzidos como ahistóricos, ou seja, por suas pressupostas universalidade e neutralidade, não estariam sujeitos a circunscrições temporais quanto às suas capacidades explicativas, negando a dinamicidade da realidade humana-social. Por fim, o epistemicídio, que surge como corolário das condições anteriores.

Tais problemas se desdobram em sérias consequências epistemológicas, políticas, ideológicas, econômicas, culturais, comportamentais e por aí afora. Consequentemente, o epistemicídio se constitui pela negação e eliminação de tudo que é considerado não-científico - leia-se fundado em posições distintas das ciências eurocêntricas -, a exemplo dos conhecimentos do senso comum ou dos saberes tradicionais de povos indígenas e quilombolas.

As políticas das geoepistemologias operam tanto em seu sentido literal de demarcação de territórios geopolíticos, quanto em níveis metafóricos, entendidos como espacialidades que conformam uma determinada perspectiva teórica e metodológica, tal como as áreas de saber, como a comunicação e o feminismo. Nesse sentido, as perspectivas geoepistemológicas, com todos os seus vícios e limites, são explicitadas - ainda que não assim nomeadas -, nas denúncias das lógicas das colonialidades em estudos feministas produzidos por mulheres brancas heterossexuais eurocentradas. Os pressupostos de uma “mulher universal” obliteram interseccionalidades, deixando de problematizar realidades como racismo, relações de gênero, condições socioeconômicas e outras variáveis que jogam por terra as estratégias de saber/poder das geoepistemologias.

Das estratégias geopolíticas epistemológicas limitadoras têm derivado posturas de investigação nas quais prevalecem o “pensar sobre” e o “pensar a partir de”, que não raro, desconhecem deliberadamente as alteridades em nome da universalidade. Como sensibilidades geoepistemológicas distintas, surgem as propostas de “pensar com” e de “pensar sobre e por si”. A perspectiva do “pensar com” requer de saída o reconhecimento do Outro como copartícipe do empreendimento de investigação. O saber não é questão de hierarquia, mas algo a ser obtido em parceria, no reconhecimento de especificidades que não podem ser negligenciadas em nome de falácias universalizantes e totalizantes.

Ao entendermos nossos pensamentos transitando em fronteiras, reconhecemos os processos de construção que não são estáveis, tampouco pacíficos. Nesses espaços, são convocadas disputas de sentido, que se articulam em relações de poder. Quando refletimos sobre questões relacionadas às colonialidades, dedicando aqui nosso pensamento às dimensões do ser e do saber, somos levados àquilo que Glória Anzaldúa (2019) denomina como pensamento de fronteira. Esse pensamento, a partir das categorias geopistemológicas, nos permite considerar operadores que destacam a porosidade de relações espaço-temporais. Neste sentido, Anzaldúa propõe pensarmos a partir de uma “consciência mestiça”, ou seja, rompendo as fronteiras e vivendo um trânsito que entende esse modo de pensamento como “um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro” (Anzaldúa, 2019, p. 324). Este entendimento nos permite pensar o saber construído de formas conjuntas, em parcerias, realizado nas fronteiras entre o eu e a/o outra/outro.

A mestiça tem de se mover constantemente para fora das formações cristalizadas - do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental); Para um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui, em vez de excluir. (Anzaldúa, 2019, p. 325)

Deste modo, tomamos a palavra “fronteira” como um empréstimo metafórico que nos permite pensar em uma linha que marca tanto a aproximação quanto o afastamento, que serve para compreensões sobre lar, sobre pertencimento, sobre modos de ser, de conhecer, sobre colonizações. Sobre poderes que não são estáveis, porque também as atrizes e os atores não os são. Ao entendermos nossos pensamentos transitando em fronteiras, reconhecemos os processos de construção que não são estáveis, tampouco pacíficos. Nesses espaços, são convocadas disputas de sentido, que se articulam em relações de poder.

Sobre a ideia de fronteira, Toni Morrison (2020) sugere:

O espetáculo dos grandes movimentos de massa chama inevitavelmente atenção para as fronteiras, os lugares porosos, os pontos vulneráveis em que o conceito que alguns chamam de lar se vê ameaçado pela presença estrangeira. Muito da inquietação que paira nas fronteiras, nos portões,

é alimentada, me parece, pela 1) ameaça e pela promessa do globalismo, e 2) pela complicada relação com nossa própria condição estrangeira, com o estado de desintegração acelerada do nosso próprio senso de pertencimento. (Morrison, 2020, l. 128-131)

As fronteiras evidenciam os conflitos e as disputas entre o ser e o poder. É o lugar do trânsito, o espaço que une e que separa. O que nos coloca diante do diferente e do semelhante, que torna aparente o nosso próprio lugar de estranhamento. Para Lugones (2014), nossas possibilidades, em um pensamento que enxerga a colonialidade, “estão na comunalidade, não na subordinação” (p. 946). Ao reconhecermos as diferenças, podemos habitar as fraturas que deixam perceber os sentidos contraditórios, dos quais novos sentidos emergem (Lugones, 2014).

No campo da antropologia, para ficar em um exemplo de muitos outros possíveis, não se trata mais de investigar o “estranho”, o “indígena”, mas de construir o saber com pessoas histórica e espacialmente localizadas, com suas demandas e modos de compreensão que não podem ser negligenciados. Boaventura de Sousa Santos (2009) propõe que uma das estratégias dessa geopolítica epistemológica seria a “ecologia de saberes”, que, em síntese, consiste no mútuo reconhecimento das diversas contribuições que os conhecimentos científicos, tradicionais, artesanais etc. podem aportar entre si.

A outra estratégia geopolítica epistemológica é mais radical, pois não está centrada na ideia de algum nível hierárquico nas competências do pensar. “Pensar sobre e por si” sustenta-se na reivindicação de total domínio dos preceitos conceituais e aportes metodológicos por parte de quem, com rigor metodológico e alcance heurístico, pensa e produz conhecimento, saber e ciência sobre si. Ainda que contribuições de outros lugares, momentos e pessoas sejam importantes na trajetória do “pensar sobre e por si”, deverão prevalecer os pressupostos de não universalização e de não totalização, reconhecendo os limites históricos e espaço-temporais dos conhecimentos produzidos, que são parte de reivindicações de direitos políticos, econômicos, culturais, comportamentais, de autonomia etc. Estudos feministas (Lugones, 2014, 2020), sobre negritude (Gomes, 2018), sobre questões indígenas (Faria, 2018), dentre uma multiplicidade de investigações, têm representado esforços do “pensar sobre e por si”.

Embora “pensar com” e “pensar sobre e por si” constituam estratégias geopistemológicas potencialmente decolonizadoras, é necessário levar em conta as advertências de Silvia Rivera Cusicanqui (2015; 2018) sobre os riscos do pensamento colonizador no interior das formas de pensamento de pessoas colonizadas. A permanente atenção aos riscos de transformar as estratégias geopolíticas epistemológicas do “pensar com” e do “pensar sobre e por si” em formas de pensamento colonizado é uma necessidade.

Comunicação, redes textuais e violências contra mulheres

A partir das condições de estabelecimento e superação das estratégias e das lógicas das colonialidades e das estratégias geopistemológicas que apresentamos acima, a perspectiva das redes textuais pode se alargar. Em primeiro lugar, o texto deixa de ser aquele identificado exclusivamente sob a forma escrita, incorporando imagens, sons, imaginários e capacidades de imaginação, mas acima de tudo, o texto se inscreve nos jogos de poder/saber e disputas de sentido presentes em quaisquer modalidades comunicacionais. A partir de Gonzalo Abril, cabe, então, “[...] reivindicar o conceito de redes textuais, sempre mutantes e inacabadas, em que se estabelecem relações características todo-parte, global-local, texto-metatexto, em virtude de complexas operações indiciais e processos de transformação” (Abril, 2012, p. 137). Assim, ainda conforme o autor, o texto remete sempre a um ou mais universos infinitos de significado, que se articulam em um nível simbólico mais profundo, implicando também em relações, vínculos e mediações (Abril, 2012).

As redes textuais e os textos, portanto, não estão desassociados das dinâmicas afetivas, políticas, econômicas, culturais, ideológicas etc. de uma determinada sociedade, mas auxiliam na criação, manutenção ou superação dessas mesmas dinâmicas. Na perspectiva do saber/poder, redes textuais, como imagens do passado, cujas condições de produção/circulação/fruição não são mais reproduzíveis numa espécie de cápsula do tempo, tanto permitem inferências sobre civilizações, povos e sociedades extintos, quanto nesse processo podem ser interpretadas segundo as lógicas político-simbólicas

do momento em que são escrutinadas. São conhecidas as consequências das leituras de pinturas rupestres e de outros artefatos antigos para o enviesamento político das relações de gênero, reproduzindo lógicas hierárquicas que inferiorizam as mulheres que são típicas do presente, com a força das supostas evidências de que a realidade é assim desde o surgimento da espécie humana. Investigações científicas nos campos da arqueologia e da antropologia conduzidas por mulheres têm sido fundamentais para modificações do olhar e ser olhada por aquelas imagens que contribuem para demonstrar as falácias das mulheres como inferiorizadas em todos os tempos (Adovasio, Soffer, Page, 2008).

Cotejadas com as estratégias das colonialidades e das geopistemologias, as possíveis hierarquizações, silenciamentos e invisibilidades que podem ser promovidas nas e por meio das redes textuais, constituem elementos fulcrais para investigações sobre elas e suas relações de saber/poder. Pesquisas sobre narrativas jornalísticas de crimes e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres têm reiteradamente denunciado o silenciamento das vítimas, muitas vezes culpabilizadas pelas violências e mortes sofridas. Além disso, as narrativas jornalísticas costumam promover “segundas mortes” das mulheres ou as expõem a situações de risco, e não raro atuam transformando algozes em vítimas (Caldeira, 2017a; 2017b; Miranda, 2019).

A ação jornalística muitas vezes participa do que Bárbara Lopes Caldeira denomina “rede que violenta mulheres”: mesmo quando mortas, é ao homem que é dado o protagonismo, detendo o poder da ação. Assim,

[...] o jornalismo, ao deixar de reconhecer o aspecto de gênero nessas agressões, continuar julgando mulheres e acobertando agressores, é agente letal da rede que violenta mulheres, já que sua agressão é até mesmo institucionalizada pela sua legitimação como instância capaz de mediar experiências, e também do ciclo de violência contra a mulher, por violentar narrativamente essas vítimas mesmo depois de suas mortes. (Caldeira, 2017b, p. 122)

Estratégias colonizadoras em narrativas jornalísticas sobre acontecimentos que envolvem violências físicas e simbólicas contra mulheres estão presentes também no silenciamento das vítimas, cujas vozes são repetidamente substituídas pelas falas de

policiais, numa dupla camada de colonialidades, em que tais narrativas adotam a dicção policial com todas as suas referências preconcebidas e preconceituosas.

Sendo as pesquisas midiacêntricas potencialmente inscritas nas estratégias das colonialidades e das geoepistemologias, pensar a comunicação, inclusive a midiática, fora dos parâmetros limitadores do midiacentrismo, como indicamos anteriormente, implica trazer à cena jogos de poder e disputas de sentido que situem as mais diversas mídias em tensas relações com atrizes e atores sociais sociocultural e politicamente também em grande diversidade. Outras perspectivas sobre estratégias e modalidades de comunicação, no entanto, afloram para além dos contornos midiáticos, como encontramos no esforço de Rita Laura Segato (2016) de compreensão das lógicas e dinâmicas dos feminicídios que há décadas ocorrem em Ciudad Juarez, no México:

É precisamente no cumprimento desse último papel [demonstração ostensiva de poder] que os assassinatos começam a se comportar como um sistema de comunicação. [...] É por isso que devemos insistir que, toda vez que o lema do motivo sexual é repetido levemente antes de analisar cuidadosamente o que é “dito” nesses atos de diálogo, perdemos a oportunidade de acompanhar quem está se escondendo atrás do texto sangrento. (Segato, 2016, p. 44)

Daí a importância, para Segato, da “escuta” dos crimes de feminicídio como atos comunicativos: “É em seu discurso que encontramos o sujeito falante, é em seu discurso que a realidade desse sujeito é inscrita como identidade e subjetividade e, portanto, torna-se rastreável e reconhecível” (Segato, 2016, p. 44). Nesse mesmo marco, pensar as relações de gênero, a LGBTIQA+fobia, a xenofobia, a necropolítica dirigida a pessoas negras e indígenas, os racismos e outras modalidades de violências físicas e simbólicas a partir da noção de “sistemas de comunicação” significa um ganho extraordinário comparativamente às posições midiacêntricas. Observadas as estratégias das colonialidades e das geoepistemologias que também estão aí implicadas poderão ser evitados reducionismos que obliteram lutas políticas por reconhecimento ético e moral travadas por pessoas que historicamente têm tido suas narrativas, seus discursos, seus saberes e seus poderes colocados em posições inferiorizadas.

Nesse sentido, as reflexões sobre a violência contra as mulheres, em especial quando observamos o que se compreende por crime sexual, podem ser observados em dois eixos. O primeiro, estabelecido por Rita Segato como eixo vertical, é o mais conhecido (e supervalorizado) e costuma ser acionado nas distintas narrativas sobre esses crimes, seja pelos meios de comunicação, pelos programas de prevenção, pela conversação social ou em outras formas de partilha semântica, e diz da relação do estuprador com a vítima. Já no eixo horizontal, de maior relevância nessa tentativa de compreensão da dimensão simbólica desse tipo de violência, busca-se compreender a relação do estuprador com seus pares, seus iguais na confraria das masculinidades que se baseia no gênero como um tipo de *status*.

A condição de iguais que torna possível as relações de competição e aliança entre pares resulta da sua demonstrada capacidade de dominação sobre aqueles que ocupam a posição débil na relação de *status*. (Segato, 2010, p. 14)

Dessa maneira, mais que alvo ou recurso apropriado para a satisfação de um desejo ou impulso sexual momentâneo, o corpo feminino em situação de estupro consiste em um campo semântico em disputa. A partir desse ato cruel e violento, pode-se apreender o corpo como o que Segato nomeia de bastidor ou suporte por meio do qual se pode comunicar a derrota moral de um inimigo. Ou seja, por meio da tentativa de acesso à extensa textualidade do estupro, parece inapropriado assumi-lo simplesmente como um crime de motivação sexual. Para que se compreenda esse tipo de violência em algumas de suas bases de existência, é preciso compreendê-lo como um corpo em guerra, que possibilita a aniquilação moral e a imposição de lugares superiores de poder entre homens.

No mesmo sentido, as práticas misóginas, invariavelmente violentas, mesmo que em distintas dimensões, transformam o sofrimento imputado aos corpos das mulheres em um tipo de espetáculo disciplinador das forças do patriarcado. São “uma ação pedagógica que habitua as massas a conviver com o arbítrio, com a margem não gramatical da vida humana, com o caráter finalmente ficcional das instituições” (Segato, 2016, p. 103). Mais amplamente, tudo isso que conhecemos hoje como crimes contra minorias, seja por

misoginia, racismo, LGBTIQA+fobia, xenofobia, dentre outros possíveis, também são elementos constituidores de uma ampla rede de sentidos que se organiza pelas relações de poder e dominação. As violências contra os corpos dessas pessoas, que não raramente culminam no aniquilamento dessas vidas, são dotadas de um caráter disciplinador que ressoa muito além do ato em si. Tais crimes, característicos do patriarcado de alta intensidade, consistem em imposição de força contra indivíduos e coletivos que estão às margens dessa ordem política e social. São ações pedagógicas contra tudo e todos que a desestabiliza, ameaça, conspira contra ou desafia seu poder de controle, contra qualquer coisa que insista em escapar de sua zona de domínio. Em suma, poderosas estratégias comunicacionais que desafiam a superação do que Rita Segato denomina “pedagogias da crueldade”.

Agradecimentos

Este artigo resulta de pesquisas financiadas pela Capes, pelo CNPq e pela Fapemig.

Referências bibliográficas

ABRIL, Gonzalo. Tres dimensiones del texto e de la cultura visual. *CIC Cuadernos de Información y Comunicación*, 2012, vol. 15, 21-36.

ADOVASIO, James M.; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. *O sexo invisível: destapando o verdadeiro papel das mulheres na pré-história*. Mem Martins: Europa-América, 2008.

ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Miatização: investigações brasileiras e europeias e o midiacentrismo. In: CARVALHO, Carlos Alberto de (org.). **Miatização e textualidades** [recurso eletrônico]: dimensões teóricas e aplicações empíricas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. 348 p.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. *Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas*

de dois impressos mineiros. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Feral de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017a.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. *Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade*. In: ENCONTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL DE MINAS GERAIS, 10, 2017, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: CEFET, 2017b. p. 1-16.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: ensayos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón. 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón. 2018.

FARIA, Ivani Ferreira de. Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia. In: SANTOS, Boaventura De Sousa ... [et al.]; coordinación general de Maria Paula Meneses; Karina Andrea Bidaseca. *Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul*. 1a. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coímbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2018.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e a produção dos saberes. In: SANTOS, Boaventura De Sousa ... [et al.]; coordinación general de Maria Paula Meneses; Karina Andrea Bidaseca. *Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul*. 1a. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coímbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2018.

GONZÁLES PAZOS, Jesús. *Medios de comunicación: ¿al servicio de quién?* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Barcelona: Icaria Editorial; Vitoria-Gasteiz: Mugarik Gabe, 2020.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.); *Pensamento feminista*. Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HEPP, Andreas. *Cultures of mediatization*. Cambridge: Polity Press, 2013.

LOPES, Maria Margaret. Aventureiras nas ciências. Refletindo sobre Gênero e História das Ciências Naturais no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, N. 10. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu / Unicamp, 1998, pp.345-368. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4689345>. Acesso em 23 ago. 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, Florianópolis 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

MARTÍN, Juan Carlos Gimeno y MADROÑAL, Ángeles Castaño. Antropologia comprometida, antropologias de orientação pública e descolonialidade. Desafios etnográficos e descolonização das metodologias. In: SANTOS, Boaventura De Sousa ... [et al.]; coordinación general de Maria Paula Meneses; Karina Andrea Bidaseca. *Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul*. 1a. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2018.

MIRANDA, Cynthia Mara. Caminhos para a igualdade de gênero nos meios de comunicação. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Maíra Kubík; FREITAS, Viviane Gonçalves (orgs.). *Feminismos em rede*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MORAES, Fabiana. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 15 Nº 1. Janeiro a Junho de 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n1p84>

MORRISON, Toni. *A fonte da autoestima*. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.